

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTO .....	5
PREFÁCIO .....	9
CAPÍTULO 1 – ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO ESTADO E DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	41
1. CONCEITO DE ESTADO E SEUS ELEMENTOS.....	41
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO .....	44
3. DEFINIÇÃO DE DIREITO CONSTITUCIONAL .....	46
4. NATUREZA DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	47
5. OBJETO DE ESTUDO .....	47
6. CONTEÚDO CIENTÍFICO .....	49
7. FONTES DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	50
CAPÍTULO 2 – CONSTITUCIONALISMO E NEOCONSTITUCIONALISMO.....	51
1. CONSTITUCIONALISMO.....	51
2. NEOCONSTITUCIONALISMO.....	53
2.1 Introdução .....	53
2.2 Marcos do neoconstitucionalismo .....	54
2.3 Principais elementos da doutrina neoconstitucionalista .....	55
2.4 Riscos da doutrina neoconstitucionalista .....	56
CAPÍTULO 3 – TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO .....	58
1. CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO .....	58
1.1 O conceito material de Constituição .....	58
1.2 O conceito formal de Constituição .....	59



2. SENTIDOS OU CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO .....	59
2.1 Sentido Sociológico .....	59
2.2 Sentido Político .....	60
2.3 Sentido Jurídico .....	61
3. ORIGENS DA CONSTITUIÇÃO .....	63
4. CONTEÚDO DA CONSTITUIÇÃO .....	63
5. ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO .....	64
5.1 Preâmbulo: .....	64
5.2 O Corpo ou Parte Dogmática: .....	66
5.3 Disposições Transitórias: .....	66
6. ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO .....	67
7. CLASSIFICAÇÃO E TIPOS DE CONSTITUIÇÃO .....	68
7.1 Quanto à origem .....	68
7.2 Quanto à formação ou modo de elaboração .....	69
7.3 Quanto à estabilidade ou modo de alteração .....	70
7.4 Quanto à extensão .....	73
7.5 Quanto ao conteúdo .....	73
7.6 Quanto à finalidade .....	74
7.7 Quanto à forma .....	75
7.8 Quanto à sistematização .....	76
7.9 Quanto ao conteúdo ideológico .....	77
7.10 Quanto ao critério ontológico .....	77
7.11 Constituição semântica e nominalista em outros autores .....	78
7.12 Quanto ao sistema .....	79
7.13 Quanto à dogmática .....	79
7.14 Outros critérios classificatórios .....	79
7.14.1 Constituição liberal e constituição social (Critério Ideológico) .....	79
7.14.2 Constituição plástica .....	79
7.14.3 Constituição expansiva .....	79
7.15 A Classificação da Constituição brasileira .....	80
8. A CONSTITUIÇÃO E O ORDENAMENTO JURÍDICO .....	80



CAPÍTULO 4 – PODER CONSTITUINTE .....	84
1. INTRODUÇÃO .....	84
2. TITULARIDADE E EXERCÍCIO .....	86
3. ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE .....	87
4. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (INAUGURAL, INICIAL, DE PRIMEIRO GRAU) .....	88
4.1 Conceito e espécies de poder constituinte originário .....	88
4.2 Características do poder constituinte originário .....	88
4.3 Momentos de expressão do poder constituinte originário .....	91
4.4 Formas de manifestação do poder constituinte originário .....	92
4.5 Natureza jurídica do poder constituinte originário .....	92
5. PODER CONSTITUINTE DE REFORMA E REVISÃO .....	93
5.1 Noções e variações terminológicas .....	93
5.2 Conceito de poder constituinte derivado reformador .....	95
5.3 Natureza jurídica .....	95
5.4 Características do poder constituinte reformador .....	95
5.5 Limites ao poder reformador .....	96
5.5.1 Limites formais ou processuais .....	97
5.5.2 Limites circunstanciais .....	99
5.5.3 Limites materiais expressos e implícitos (tácitos ou imanes) .....	99
5.5.4 Limites temporais .....	100
5.5.5 A visão neoconstitucionalista sobre o poder constituinte .....	101
6. COMPETÊNCIA REVISORA (PODER CONSTITUINTE REVISOR) .....	102
7. PODER CONSTITUINTE DERIVADO DECORRENTE .....	105
7.1 Noções .....	105
7.2 Espécies de poder constituinte decorrente .....	106
7.3 Poder Constituinte de Municípios? .....	106
7.4 Poder Constituinte do DF? .....	107
7.5 Limites ao poder constituinte decorrente .....	109
7.5.1 Doutrina de ANNA CÂNDIDA .....	110
7.5.2 Doutrina de UADI LAMMÊGO BULOS .....	110
7.5.3 Princípios constitucionais sensíveis .....	111

7.5.4	Princípios constitucionais organizatórios ou estabelecidos.....	112
7.5.4.1	Princípios constitucionais organizatórios expressos vedatórios .....	112
7.5.4.2	Princípios constitucionais organizatórios expressos mandatórios.....	113
7.5.4.3	Princípios constitucionais organizatórios implícitos vedatórios e mandatórios .....	113
7.5.5	Princípios constitucionais extensíveis .....	113
7.6	Princípio da simetria.....	114
8.	PODER CONSTITUINTE DIFUSO .....	117
9.	PODER CONSTITUINTE SUPRANACIONAL (ULTRANACIONAL OU COSMOPOLITA) E CONSTITUCIONALISMO GLOBAL.....	118
CAPÍTULO 5 – LEIS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.....		120
1.	NOÇÕES GERAIS.....	120
2.	REVOGAÇÃO.....	120
3.	RECEPÇÃO DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL ANTERIOR.....	122
4.	NÃO RECEPÇÃO E INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE .....	123
5.	PRORROGAÇÃO DE NORMAS ANTERIORES CUJA COMPETÊNCIA FOI DESLOCADA PELA NOVA CONSTITUIÇÃO .....	124
6.	LEGISLAÇÃO PRÉ-CONSTITUCIONAL INCONSTITUCIONAL .....	125
7.	DESONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS LEIS .....	125
8.	REPRISTINAÇÃO.....	126
9.	MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	127
CAPÍTULO 6 – REGRAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....		132
1.	INTRODUÇÃO .....	132
2.	DISTINÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS .....	133
3.	CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS .....	134



3.1	Visão Geral.....	134
3.2	Classificação de CANOTILHO .....	135
3.2.1	Princípios jurídicos fundamentais .....	135
3.2.2	Princípios políticos constitucionalmente conformadores .....	135
3.2.3	Princípios constitucionais impositivos .....	136
3.2.4	Princípios-garantia.....	136
4.	OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA VIGENTE.....	136
4.1	Introdução .....	136
4.2	Modalidades .....	136
4.3	Princípio da “Separação dos Poderes” – art. 2.º da CF.....	137
4.3.1	Noções .....	137
4.3.2	Significado da palavra “poder” na CF .....	138
4.3.3	Divisão orgânica do Poder.....	138
4.3.4	Características do Poder .....	139
4.3.5	A Separação de Poderes em Montesquieu .....	140
4.3.6	Funções Típicas e Atípicas de cada Poder .....	141
4.3.7	Independência e Harmonia entre os Poderes.....	142
4.3.8	A “Separação de Poderes em John Locke” .....	143
4.3.9	O princípio da separação dos poderes como cláusula pétrea.....	145
4.3.10	A topografia do Ministério Público e do Tribunal de Contas .....	145
4.4	Princípio Republicano – art. 1.º, <i>caput</i> .....	146
4.5	Princípio do Estado democrático de Direito ou princípio democrático .....	148
4.6	Princípio Federativo .....	149
4.6.1	Noções e tipos de Estado .....	149
4.6.2	Definição de federação.....	152
4.6.3	Características essenciais da forma federativa de Estado .....	152
4.6.4	Tipos de federação .....	154
4.6.5	Componentes da Federação brasileira .....	157
4.7	Fundamentos do Estado Brasileiro .....	158
4.7.1	Soberania .....	158
4.7.2	Cidadania.....	160
4.7.3	Dignidade da pessoa humana .....	160
4.7.4	Valores Sociais do Trabalho e da Livre iniciativa .....	162
4.7.5	Pluralismo Político .....	163
4.8	Princípio da Soberania Popular .....	163

4.9	Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro .....	163
4.10	Princípios das Relações Internacionais .....	165
4.10.1	Noções .....	165
4.10.2	Asilo Político.....	166
CAPÍTULO 7 – APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....		168
1.	NOÇÕES .....	168
2.	NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA PLENA.....	168
3.	NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA LIMITADA OU DIFERIDA .....	169
3.1	Normas de princípio institutivo .....	169
3.2	Normas de princípio programático.....	169
4.	NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA CONTIDA .....	170
5.	CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO NORTE-AMERICANO .....	171
6.	CLASSIFICAÇÃO DE CELSO RIBEIRO BASTOS E CARLOS AYRES BRITTO.....	171
7.	CLASSIFICAÇÃO DE MARIA HELENA DINIZ .....	172
8.	AS NORMAS DE EFICÁCIA EXAURIDA (UADI LAMMEGO BULOS).....	172
CAPÍTULO 8 – HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....		173
1.	INTRODUÇÃO .....	173
2.	MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO .....	174
2.1	Os métodos clássicos de interpretação jurídica .....	174
2.2	Métodos de Interpretação Constitucional.....	175
2.3	Método Tópico-problemático.....	176
2.4	Método hermenêutico-concretizador .....	176
2.5	Método Científico-espiritual.....	177
2.6	Método normativo-estruturante .....	177
2.7	Método comparativo.....	178
3.	PRINCÍPIOS DA INTERPRETAÇÃO.....	178
3.1	Princípio da unidade da constituição .....	179
3.2	Princípio da concordância prática .....	179



3.3	Princípio da conformidade funcional .....	179
3.4	Princípio do efeito integrador .....	180
3.5	Princípio da força normativa da constituição .....	180
3.6	Princípio da interpretação conforme .....	181
3.7	Princípio da máxima efetividade .....	181
CAPÍTULO 9 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....		182
1.	NOÇÕES E CONCEITO .....	182
2.	PRESSUPOSTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	183
3.	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO REINO UNIDO (CONSTITUIÇÃO FLEXÍVEL)? .....	184
4.	SURGIMENTO FORMAL DA IDEIA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	186
5.	NATUREZA DA INCONSTITUCIONALIDADE .....	189
5.1	Planos da existência, validade e eficácia .....	189
5.2	Nulidade da lei inconstitucional .....	191
6.	ESPÉCIES OU TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE .....	192
6.1	Quanto ao conteúdo .....	192
6.2	Quanto à conduta .....	194
6.3	Quanto à origem .....	196
6.4	Inconstitucionalidade Total e Parcial .....	198
7.	OS SISTEMAS E MATRIZES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	199
7.1	Sistemas de controle .....	199
7.2	Principais matrizes de controle de constitucionalidade .....	200
7.2.1	Matriz Francesa .....	200
7.2.2	Matriz Americana .....	201
7.2.3	Matriz Austríaca .....	202
7.2.4	O modelo brasileiro de controle de constitucionalidade .....	203
8.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL .....	204
9.	NOÇÕES SOBRE OS DIFERENTES ÓRGÃOS COMO TITULARES DA COMPETÊNCIA CONTROLADORA .....	205

9.1	Controle Legislativo de Constitucionalidade.....	206
9.2	Controle Executivo de Constitucionalidade.....	207
9.2.1	Negativa de aplicação de lei inconstitucional.....	207
9.2.2	Veto .....	209
9.3	Controle de Constitucionalidade pelo Tribunal de Contas .....	210
10.	MODALIDADES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	211
10.1	Quanto ao sistema de controle .....	212
10.2	Quanto ao momento de exercício do controle.....	212
10.2.1	Controle preventivo.....	212
10.2.2	Controle repressivo.....	213
10.3	Quanto ao aspecto subjetivo ou orgânico .....	214
10.3.1	Controle difuso.....	214
10.3.2	Controle concentrado .....	214
10.4	Quanto à forma ou modo de controle .....	215
10.4.1	Controle incidental.....	215
10.4.2	Controle principal .....	216
11.	CONTROLE JUDICIAL POR VIA INCIDENTAL .....	217
11.1	Competência e eficácia da decisão .....	217
11.2	Clausula de plenário .....	218
11.3	Normas parâmetro no controle incidental .....	220
11.4	A participação do Senado no controle incidental a cargo do STF .....	221
11.5	Súmula vinculante .....	222
12.	CONTROLE JUDICIAL POR VIA PRINCIPAL, ABSTRATO, CONCENTRADO (NOÇÕES).....	224
13.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE GENÉRICA .....	226
13.1	Conceito.....	226
13.2	Objeto .....	226
13.2.1	Considerações preliminares.....	226
13.2.2	Leis ou atos normativos federais posteriores à CF de 1988. ....	227
13.2.3	Leis ou atos normativos estaduais e distritais.....	234
13.2.4	Não podem ser objeto de ADI no STF .....	235
13.3	Legitimados ativos e participação do Advogado-Geral da União .....	236
13.4	Procedimento da ADI – Lei 9.868/99 .....	238
13.5	Concessão de Medida Cautelar.....	239



13.6	Da decisão e seus efeitos e da natureza dúplice ou ambivalente .....	240
13.7	Intervenção de terceiros e atuação do <i>amicus curiae</i> .....	241
13.7.1	Vedação de intervenção de terceiros .....	241
13.7.2	Atuação do <i>amicus curiae</i> .....	242
13.8	Apuração de questões fáticas em sede de controle principal-abstrato .....	247
13.9	Paradigma de controle e bloco de constitucionalidade .....	249
13.9.1	Paradigma de controle e sua revogação .....	249
13.9.2	Bloco de Constitucionalidade .....	250
13.10	Prazo .....	252
13.11	Teoria da transcendência dos motivos determinantes .....	253
13.12	Causa de pedir aberta e inconstitucionalidade por arrastamento .....	255
14.	AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE .....	256
14.1	Conceito e Legitimados Ativos .....	256
14.2	Pressuposto e Objeto .....	257
14.3	Medida cautelar .....	257
14.4	Intervenção de Terceiros <i>Amicus Curiae</i> .....	258
14.5	Advogado-Geral da União .....	258
14.6	Procedimento .....	258
15.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO .....	259
15.1	Noções .....	259
15.2	Objeto .....	260
15.3	Legitimados Ativos .....	260
15.4	Participação do Advogado-Geral da União .....	261
15.5	Efeitos da Decisão .....	261
15.6	Medida Cautelar na ADI por Omissão .....	261
15.7	Procedimento .....	263
16.	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL .....	264
16.1	Noções e parâmetro .....	264
16.2	Objeto .....	265
16.3	Legitimados ativos .....	267
16.4	Procedimento da ADPF .....	267
16.5	Efeitos da decisão de mérito .....	268
16.6	Irrecorribilidade das decisões de mérito .....	268
16.7	Medida Cautelar .....	269



17. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA (REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA) .....	269
18. AS ESPÉCIES DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	272
18.1 Introdução .....	272
18.2 Declaração de nulidade.....	272
18.2.1 Nulidade total .....	273
18.2.2 Nulidade parcial. ....	273
18.3 Declaração de nulidade parcial sem redução de texto .....	274
18.4 Interpretação conforme.....	274
18.5 Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade.....	275
18.6 Declaração de inconstitucionalidade progressiva .....	275
18.7 Decisões aditivas, substitutivas e transitivas.....	277
CAPÍTULO 10 – TEORIA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS .....	280
1. INTRODUÇÃO .....	280
2. ESPÉCIES CONSTITUCIONAIS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	281
3. DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS E GARANTIAS .....	281
4. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS.....	283
5. TITULARES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	285
6. CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS QUANTO A ORDEM DE RECONHECIMENTO.....	285
7. EFICÁCIA VERTICAL E HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	287
8. DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO CLÁUSULAS PÉTREAS .....	289
9. COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	289
10. FUNÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	290
11. NÚCLEO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS .....	292
CAPÍTULO 11 – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE .....	293
1. DIREITO À VIDA .....	293



1.1	Destinatários e abrangência .....	293
1.2	Início e término da vida de pessoa humana e utilização de células-tronco embrionárias.....	294
1.3	Pena de morte .....	296
1.4	Abortamento .....	296
2.	DIREITO À LIBERDADE DE AÇÃO E INACÃO (ART. 5.º, II) .....	296
2.1	Noções sobre o direito de liberdade .....	296
2.2	Princípio da Legalidade (art. 5.º, II) .....	297
2.3	Princípio da reserva legal .....	298
2.4	Princípio da reserva legal penal .....	299
2.5	Princípio da reserva legal tributária .....	301
3.	LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO (ART. 5.º, INCISOS, XV, LXI, LXV, LXVI, LXVII, LXVIII, DA CF).....	303
3.1	Abrangência .....	303
3.2	Principais restrições explícitas ao direito de locomoção .....	304
3.3	A questão da prisão civil por dívida.....	304
3.4	A prisão por transgressão militar .....	306
3.5	Prisão de estrangeiros para fins de expulsão e deportação .....	307
4.	LIBERDADE DE CRENÇA .....	309
4.1	Previsão Constitucional .....	309
4.2	Assistência religiosa e escusa de consciência.....	309
5.	LIBERDADE DE EXPRESSÃO .....	311
5.1	Abrangência .....	311
5.2	Liberdade de imprensa .....	312
5.3	Publicação de obra literária com ideias preconceituosas.....	313
6.	LIBERDADE DE TRABALHO .....	315
7.	LIBERDADE DE INFORMAÇÃO .....	317
8.	DIREITO DE IGUALDADE .....	318
8.1	Democracia e igualdade .....	318
8.2	Igualdade de fato e igualdade de direito .....	318
8.3	Destinatários do princípio da igualdade .....	319
8.4	Espécies de igualdade .....	320

8.4.1	Igualdade formal.....	320
8.4.2	Igualdade material .....	321
8.5	Ações afirmativas ou distinções positivas.....	321
8.5.1	Conceito .....	321
8.5.2	Sistema de cotas raciais nas universidades .....	323
8.6	Dispositivos constitucionais acerca da isonomia .....	325
9.	DIREITO À PRIVACIDADE, INVIOABILIDADE DOMICILIAR E DE DADOS .....	326
9.1	Direito à privacidade, intimidade, honra e imagem.....	326
9.2	Invioabilidade domiciliar .....	331
9.3	Invioabilidade de dados .....	334
9.3.1	Noções gerais.....	334
9.3.2	Principais sigilos acobertados.....	335
9.3.2.1	Abrangência .....	335
9.3.2.2	Sigilo telefônico e das comunicações telefônicas .....	335
9.3.2.3	Sigilo telefônico.....	336
9.3.2.4	Sigilo bancário e fiscal .....	337
9.3.2.5	Sigilo epistolar .....	337
9.3.2.6	Gravação ambiental de diálogo .....	339
10.	PROVAS ILÍCITAS .....	340
10.1	Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas .....	340
10.2	Conceito de provas ilícitas .....	340
10.3	Prova ilícita por derivação .....	341
10.4	Desentranhamento das provas ilícitas .....	342
11.	EXTRADIÇÃO E ENTREGA .....	342
11.1	Conceito de extradição .....	342
11.2	Espécies de extradição .....	343
11.3	Condições para a extradição .....	343
11.4	Entrega.....	344
12.	TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL .....	344
13.	TRATADOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E OS DEMAIS TRATADOS .....	345
13.1	Tratados de direitos humanos.....	345
13.2	Tratados com equivalência de lei ordinária .....	346
13.3	Tratados em matéria tributária.....	346



14. DIREITO DE PROPRIEDADE .....	347
14.1 Conceito de propriedade à luz do Direito Civil.....	347
14.2 Direito de propriedade na Constituição .....	349
14.3 Natureza jurídica do Direito de Propriedade .....	350
14.4 Função Social e Restrições.....	350
14.5 Função social .....	350
14.6 Desapropriação utilitária ou ordinária – art. 5.º, XXIV .....	352
14.7 Desapropriação sanção.....	352
14.8 Desapropriação confiscatória – art. 243 da CF .....	352
14.9 Requisição de bens.....	353
14.10 A propriedade imaterial .....	353
15. DIREITO À SEGURANÇA.....	353
15.1 Abrangência .....	353
15.2 Direito adquirido .....	354
15.3 Ato jurídico perfeito .....	356
15.4 Coisa julgada .....	357
15.5 Princípio do devido processo legal .....	358
15.6 Princípios da proporcionalidade e razoabilidade.....	360
15.7 Princípios do contraditório, da ampla defesa e da plenitude de defesa.....	361
15.7.1 Contraditório .....	361
15.7.2 Princípio da ampla defesa.....	362
15.7.3 Princípio da plenitude de defesa.....	363
15.8 Princípio do estado de inocência.....	364
15.9 Princípio do juiz natural.....	365
15.10 Princípio da intranscendência ou responsabilidade pessoal.....	367
15.11 Princípio da individualização da pena.....	367
15.12 Princípio da razoável duração do processo .....	369
15.13 Princípio da publicidade processual .....	370
15.14 Princípio do duplo grau de jurisdição .....	370
16. DIREITOS SOCIAIS.....	371
16.1 Noções .....	371
16.2 Modalidades .....	372
16.3 Natureza .....	372
16.4 A ideia do mínimo existencial e a cláusula do financeiramente possível e o ativismo judicial .....	373



16.5	Direitos Individuais dos Trabalhadores .....	375
16.5.1	Não taxatividade das normas protetivas dos trabalhadores.....	375
16.5.2	Titulares dos direitos do trabalhador.....	376
16.5.3	Idade Laboral.....	376
16.5.4	Normas garantidoras do salário.....	376
16.5.4.1	Proteção ao valor do salário .....	377
16.5.4.2	Proteção contra retenções do empregador .....	378
16.5.4.3	Proteção contra discriminações.....	378
16.5.5	Jornada de Trabalho e Descanso .....	378
16.5.6	Proteção contra dispensa por justa causa e estabilidade .....	378
16.5.7	Licença à gestante e licença paternidade .....	379
16.5.8	Salário-família.....	380
16.5.9	Direito de ação quanto aos créditos trabalhistas .....	381
16.5.10	Direitos dos Trabalhadores Domésticos.....	381
16.6	Direito Coletivo do Trabalho .....	382
16.6.1	Liberdade sindical e de associação sindical .....	382
16.6.2	Princípio da unicidade sindical .....	382
16.6.3	Custeio da atividade sindical .....	383
16.6.4	Direito de greve do trabalhador.....	383
16.6.5	Direito de participação dos trabalhadores e empregadores em órgãos colegiados .....	383
17.	DIREITO DE NACIONALIDADE.....	384
17.1	Noções Gerais .....	384
17.2	Natureza jurídica .....	384
17.3	Termos conexos e distintos da noção de nacionalidade .....	385
17.4	Espécies de Nacionalidade.....	385
17.5	CrITÉRIOS de Atribuição de Nacionalidade Originária .....	385
17.6	CrITÉRIOS ou Requisitos para a Aquisição da Nacionalidade Brasileira (naturalização).....	386
17.7	Equiparação de Portugueses a Brasileiros Naturalizados.....	387
17.8	Distinções constitucionais entre Brasileiros Natos e Naturalizados .....	388
17.9	Perda da Nacionalidade .....	389
17.10	Reaquisição da nacionalidade brasileira .....	392
18.	DIREITOS POLÍTICOS.....	393
18.1	Noções Gerais .....	393

18.2	Conceito de direitos políticos .....	393
18.3	Instrumentos de soberania popular .....	394
18.3.1	Noções .....	394
18.3.2	Sufrágio .....	394
18.3.2.1	Conceito de sufrágio .....	394
18.3.2.2	Distinção entre sufrágio, voto e escrutínio .....	394
18.3.2.3	Classificação do sufrágio .....	394
18.3.3	Voto .....	395
18.3.4	Plebiscito .....	396
18.3.5	Referendo .....	396
18.3.6	Iniciativa Popular .....	396
18.4	Aquisição dos direitos políticos .....	396
18.5	Divisão dos Direitos Políticos .....	397
18.5.1	Noções .....	397
18.5.2	Capacidade eleitoral ativa .....	397
18.5.3	Capacidade eleitoral passiva – requisitos .....	398
18.6	Inelegibilidades .....	400
18.6.1	Conceito .....	400
18.6.2	Espécies .....	400
18.6.3	Inelegibilidades constitucionais em espécie .....	401
18.6.3.1	Inelegibilidade constitucional por ausência dos requisitos de elegibilidade .....	401
18.6.3.2	Inelegibilidade constitucional dos Chefes do Executivo .....	402
18.6.3.3	Inelegibilidade reflexa (art. 14, § 7.º) .....	402
18.6.3.4	Inelegibilidade dos militares .....	404
18.6.3.5	Inelegibilidade dos magistrados, membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas .....	405
18.6.4	Inelegibilidades infraconstitucionais e a lei da ficha limpa .....	406
18.6.4.1	Histórico da Lei da Ficha Limpa .....	406
18.6.4.2	Casos de inelegibilidade da lei complementar 64 .....	410
18.7	Privação de direitos políticos .....	417
18.8	Ação de impugnação de mandato eletivo .....	419
19.	PARTIDOS POLÍTICOS .....	420
19.1	Definição de partido político .....	420
19.2	Natureza e criação .....	420



19.3	Finalidade do Partido Político .....	422
19.4	Princípios constitucionais da organização partidária .....	422
19.4.1	Liberdade Partidária.....	422
19.4.2	Autonomia partidária.....	422
19.4.3	Democracia partidária .....	423
19.4.4	Disciplina e liberdade partidária.....	424
19.5	Vedação, deveres e direitos constitucionais dos partidos – acesso ao fundo partidário, propaganda partidária e cláusula de barreira.....	425
CAPÍTULO 12 – REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....		429
1.	INTRODUÇÃO .....	429
2.	HABEAS CORPUS .....	429
2.1	Conceito e histórico.....	429
2.2	Natureza.....	430
2.3	Objeto .....	431
2.4	Legitimados .....	432
2.4.1	Legitimados ativos, autores ou impetrantes .....	432
2.4.2	Legitimado passivo, impetrado ou coator.....	432
2.4.3	Paciente.....	433
2.5	Espécies .....	433
2.6	Forma de Impetração .....	434
3.	HABEAS DATA .....	435
3.1	Conceito e objeto.....	435
3.2	Interesse de agir .....	436
3.3	Legitimidade .....	436
3.4	Fases .....	436
4.	MANDADO DE SEGURANÇA .....	437
4.1	Noções e esboço histórico.....	437
4.2	Natureza do mandado de segurança .....	439
4.3	Objeto de proteção .....	439
4.4	Espécies de Mandado de Segurança.....	440
4.4.1	Quanto ao momento da impetração .....	440
4.4.2	Quanto ao direito tutelado .....	440
4.4.2.1	Mandado de Segurança Coletivo .....	441
4.4.2.2	Mandado de Segurança Individual .....	443





4.5	Atos a serem impugnados (objeto de impugnação).....	443
4.5.1	Ato ilegal e abusivo.....	443
4.5.2	Atos normativos e leis de efeitos concretos .....	444
4.5.3	Ato Judicial .....	445
4.6	Atos insuscetíveis de impugnação .....	445
4.7	Legitimação passiva e autoridade coatora.....	446
4.7.1	Legitimado passivo .....	446
4.7.2	Autoridade coatora .....	447
4.8	Prazo para a impetração .....	447
4.9	Tutela jurisdicional de urgência.....	448
4.10	Verbetes das Súmulas do STF sobre o tema.....	450
5.	MANDADO DE INJUNÇÃO.....	451
5.1	Introdução .....	451
5.2	Conceito e Origem.....	452
5.3	Objeto e efeitos da decisão judicial.....	453
5.4	Requisitos.....	455
5.5	Procedimento .....	455
5.6	Legitimação.....	456
6.	AÇÃO POPULAR.....	457
6.1	Conceito.....	457
6.2	Objeto .....	457
6.3	Legitimação.....	458
6.4	A participação do Ministério Público .....	458
6.5	Coisa julgada .....	459
6.6	Custas e competência .....	459
7.	DIREITO DE PETIÇÃO.....	460
	CAPÍTULO 13 – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	461
1.	INTRODUÇÃO .....	461
2.	CRIAÇÃO, EXTINÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTADOS-MEMBROS E MUNICÍPIOS .....	461
2.1	Criação de Estados.....	461
2.2	Criação de Municípios.....	462



3. UNIÃO.....	464
3.1 Natureza .....	464
3.2 Bens da União .....	465
3.2.1 Terras devolutas indispensáveis .....	465
3.2.2 Águas pertencentes à União.....	466
3.2.3 Ilhas .....	466
3.2.4 Mar Territorial .....	467
3.2.5 Plataforma Continental e Zona Econômica Exclusiva.....	467
3.2.6 Terrenos de Marinha.....	468
3.2.7 Outros bens da União .....	468
4. ESTADOS.....	468
5. MUNICÍPIOS.....	470
6. DISTRITO FEDERAL .....	473
7. TERRITÓRIOS .....	477
8. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS.....	479
8.1 Introdução .....	479
8.2 Princípio da predominância do interesse envolvido.....	480
8.3 Técnicas de repartição .....	480
8.3.1 Poderes enumerados e reservados .....	480
8.3.2 Repartição vertical e horizontal .....	481
8.3.3 Teoria dos poderes implícitos .....	481
8.3.4 Síntese das técnicas usadas pelo Constituinte .....	483
8.3.5 Panorama das competências constitucionais.....	483
8.4 Competência exclusiva da União .....	485
8.5 Competência privativa da União.....	488
8.6 Competência dos Municípios .....	490
8.7 Competências dos Estados.....	491
8.8 Competências do DF .....	491
8.9 Competências Comuns.....	493
8.10 Competências Concorrentes.....	494
8.11 Síntese das competências legislativas.....	495
8.12 Síntese das competências materiais .....	495



9. INTERVENÇÃO .....	496
9.1 Noções e conceito .....	496
9.2 Natureza jurídica .....	497
9.3 Espécies .....	497
9.4 Intervenção federal .....	497
9.4.1 Panorama ou Quadro Geral .....	497
9.4.2 Espécies de intervenção federal .....	498
9.4.2.1 Intervenção federal espontânea .....	498
9.4.2.2 Intervenção federal provocada .....	499
9.4.3 Procedimento da intervenção federal .....	500
9.4.3.1 Intervenção federal <i>ex officio</i> e provocada por solicitação e requisição .....	500
9.4.3.2 Intervenção federal provocada por provimento de ações judiciais de execução de lei federal e de ADI Interventiva .....	500
9.5 Intervenção Estadual .....	501
10. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	502
10.1 Noções .....	502
10.2 Criação das entidades da administração pública indireta .....	502
10.3 Princípios Constitucionais da Administração Pública Direta e Indireta ....	503
10.4 Responsabilidade civil do Estado por ato ilícito .....	504
10.5 Atos de Improbidade Administrativa .....	504
10.6 Regras sobre cargos, empregos e funções públicas .....	505
10.6.1 Acessibilidade .....	505
10.6.2 Investidura .....	505
10.6.3 Cargos Comissionados e Funções de Confiança .....	505
10.6.4 Acumulação remunerada de cargos públicos .....	506
10.7 Estabilidade .....	506
10.8 Regime Jurídico e planos de carreira ADIN .....	507
10.9 Regras sobre a remuneração no serviço público .....	507
10.10 Direito de greve dos servidores públicos .....	508
CAPÍTULO 14 – PODER LEGISLATIVO .....	509
1. NOÇÕES .....	509
1.1 Composição e funcionamento .....	509
1.2 Ciclos de Trabalhos Legislativos .....	510



2. GARANTIAS PARLAMENTARES – ART. 53.....	511
2.1 Inviolabilidade ou imunidade material.....	511
2.2 Imunidade formal prisional .....	513
2.3 Imunidade formal processual .....	514
2.4 Foro por prerrogativa de função .....	514
3. PROCESSO LEGISLATIVO .....	517
3.1 Noções .....	517
3.2 Fases do processo legislativo .....	518
3.2.1 Fase inicial.....	518
3.2.2 Fase Constitutiva .....	520
3.2.3 Fase Complementar.....	521
3.3 Leis Ordinárias.....	521
3.4 Leis Complementares.....	524
3.4.1 Espécies de Lei Complementar .....	524
3.4.2 Definição de Lei Complementar .....	527
3.4.3 Nível hierárquico e âmbito material .....	527
3.4.4 Processo legislativo da lei complementar .....	529
3.4.5 Medidas provisórias e leis delegadas em cotejo com a lei complementar .....	530
3.4.6 Lei complementar nacional e lei complementar federal.....	531
3.4.7 A lei complementar no ordenamento jurídico brasileiro.....	533
3.4.8 Lei complementar na jurisprudência do Supremo .....	533
3.4.8.1 Âmbito material da lei complementar .....	534
3.4.8.2 Inconstitucionalidade de leis ordinárias que versem sobre matéria de lei complementar .....	535
3.4.8.3 Recepção de leis ordinárias com status de lei complementar .....	536
3.4.9 Conclusão acerca das leis complementares .....	537
3.5 Medidas Provisórias – art. 62 .....	537
3.5.1 Conceito e antecedentes .....	537
3.5.2 Natureza .....	538
3.5.3 Pressupostos .....	539
3.5.4 Prazo.....	543
3.5.5 Sobrestamento da pauta de deliberações .....	543
3.5.6 Matérias insuscetíveis de regulação por medida provisória.....	544
3.5.7 Medidas provisórias pelos Estados .....	545

3.6	Processo legislativo dos Decretos Legislativos e Resoluções .....	546
3.7	Processo legislativo das leis delegadas – art. 68 da CF .....	546
3.7.1	Noções .....	546
3.7.2	Procedimento das leis delegadas.....	547
3.7.3	Considerações finais sobre a lei delegada .....	547
4.	COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	548
4.1	Noções .....	548
4.2	Natureza do inquérito parlamentar .....	549
4.3	Criação de CPI.....	549
4.4	Objeto de CPI .....	549
4.5	Prazo de duração de CPI.....	550
4.6	Poderes de CPI.....	550
5.	FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL, OPERACIONAL, PATRIMONIAL E ORÇAMENTÁRIA .....	552
5.1	Noções .....	552
5.2	Titularidade do Controle Externo.....	553
5.3	Natureza do Tribunal de Contas .....	553
5.4	A Composição dos Tribunais de Contas no Brasil .....	554
5.5	Competências do Tribunal de Contas da União .....	556
5.6	Decisões de Imputação de Débito e Relatórios do TCU .....	557
5.7	Destinatários do Controle e Legitimados ao oferecimento de representação .....	558
5.8	Conteúdo da Fiscalização e seus aspectos .....	559
5.9	Controle de Constitucionalidade pelo Tribunal de Contas .....	559
5.10	Contraditório e Ampla Defesa no TCU .....	560
	CAPÍTULO 15 – PODER EXECUTIVO .....	562
1.	NOÇÕES GERAIS.....	562
2.	FORMA E SISTEMA DE GOVERNO.....	563
2.1	Forma de governo .....	563
2.2	Sistema de Governo, Chefia de Estado e Chefia de Governo .....	563
3.	ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	564
4.	RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	567





4.1	Noções gerais .....	567
4.2	Imunidade prisional.....	567
4.3	Imunidade Formal Processual Absoluta .....	567
4.4	Imunidade Formal Processual Relativa – art. 86 CF .....	567
4.5	Processo por crimes de responsabilidade.....	568
4.5.1	Conceito de crime de responsabilidade e sanções .....	568
4.5.2	Processo .....	569
CAPÍTULO 16 – PODER JUDICIÁRIO .....		570
1.	NOÇÕES.....	570
2.	ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO.....	571
3.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	572
3.1	Composição de acordo com a EC 61/2009 .....	572
3.2	Competências do CNJ.....	574
4.	COMPOSIÇÃO DOS JUÍZOS E TRIBUNAIS.....	576
4.1	Dos juízos .....	576
4.2	Composição dos Tribunais.....	576
4.2.1	Tribunais Compostos pela regra do quinto constitucional.....	577
4.2.2	Os Tribunais Eleitorais .....	577
4.2.3	Os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal .....	578
4.2.3.1	STM – Superior Tribunal Militar – art. 123 da CF .....	578
4.2.3.2	STJ – Superior Tribunal de Justiça – art. 104 .....	578
4.2.3.3	TST – Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A).....	579
4.2.3.4	Supremo Tribunal Federal – STF (art. 101) .....	579
5.	DIVISÃO DA JUSTIÇA .....	579
6.	INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E SUAS GARANTIAS – ART. 95 DA CF .....	580
6.1	Garantias de independência .....	580
	Vitaliciedade.....	580
	Inamovibilidade .....	581
	Irredutibilidade dos subsídios.....	581
6.2	Impedimentos .....	579
7.	COMPETÊNCIAS DOS JUÍZES FEDERAIS – ART. 109 .....	582



7.1	Competências cíveis da justiça federal de primeiro grau.....	582
7.1.1	Causas de interesse da Administração Pública Federal .....	582
7.1.2	Causas Internacionais.....	583
7.1.3	Mandado de Segurança e <i>Habeas Data</i> .....	583
7.1.4	Causas relativas à nacionalidade, as execuções de <i>exequatur</i> e carta rogatória .....	583
7.2	Competências criminais da justiça federal de primeiro grau.....	584
7.2.1	Crimes praticados em detrimento de bens ou interesses federais.....	584
7.2.2	Crimes políticos.....	585
7.2.3	Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira .....	585
7.2.4	Crimes contra a organização do trabalho .....	585
7.2.5	Crimes à distância .....	586
7.2.6	Crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves .....	586
7.2.7	Crime de Ingresso e Permanência Irregular de Estrangeiro no Brasil.....	587
7.2.8	Alerta sobre a competência criminal da justiça federal .....	588
7.3	Outras competências da justiça federal .....	588
7.3.1	Disputa sobre direitos indígenas.....	588
7.3.2	Causas relativas a direitos humanos .....	588
7.4	Súmulas do STJ sobre as competências dos juízes federais .....	589
7.5	Súmulas do STF sobre as competências dos juízes federais .....	590
8.	COMPETÊNCIAS DE TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS –	
	ART. 108 DA CF .....	590
8.1	Competência recursal de TRF.....	590
8.2	Competência originária do TRF .....	590
8.2.1	Causas criminais, no caso de foro privilegiado de algumas autoridades .....	591
8.2.2	<i>Habeas corpus</i> .....	591
8.2.3	Mandado de Segurança e <i>Habeas Data</i> .....	591
8.2.4	Ações de cunho rescisório .....	591
8.2.5	Conflitos de Competência .....	591
9.	COMPETÊNCIAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA –	
	ART. 109 DA CF .....	591
9.1	Competência recursal ordinária (art. 105, II, da CF) .....	592



9.2	Competência recursal especial (art. 105, III, da CF)	592
9.3	Competências originárias do STJ	593
10.	COMPETÊNCIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	594
10.1	Competência recursal ordinária do STF (art. 102, II da CF)	594
10.2	Competência recursal extraordinária do STF (art. 102, III, da CF)	594
10.3	Competência originária do STF (art. 102, I, da CF)	596
11.	NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A JUSTIÇA ELEITORAL	598
11.1	Órgãos da justiça eleitoral	598
11.2	Tribunal Superior Eleitoral	598
11.2.1	Composição	598
11.2.2	Competência	599
11.3	Tribunais Regionais Eleitorais	599
11.3.1	Composição	599
11.3.2	Competência	600
11.4	Juntas e Juízes Eleitorais	600
12.	NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A JUSTIÇA MILITAR	601
12.1	A justiça militar da União	601
12.2	A justiça militar nos Estados e no DF	601
12.3	Composição do Superior Tribunal Militar	601
13.	A JUSTIÇA TRABALHISTA E SUA COMPETÊNCIA	602
13.1	Órgãos	602
13.2	Competências	602
14.	PRECATÓRIOS	603
14.1	Noções sobre o conceito de precatório	603
14.2	A nova redação do art. 100 em face da EC 62/2009	604
14.3	Explicações sobre as principais normas da EC 62/2009	611
14.3.1	Dívida de pequeno valor e preferências	611
14.3.2	Dotação orçamentária	612
14.3.3	Compensação de débitos e créditos	612
14.3.4	Utilização de precatórios para compra de imóveis	613
14.3.5	Correção monetária e juros	613
14.3.6	Cessão de créditos oriundos de precatórios	614
14.3.7	Regime especial de pagamento de precatórios	614
14.4	Tabela comparativa	617



CAPÍTULO 17 – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	622
1. NOÇÕES.....	622
2. MINISTÉRIO PÚBLICO .....	622
2.1 Noções .....	622
2.2 Princípios Institucionais – art. 127, § 1.º da CF .....	624
2.3 Estrutura do Ministério Público – art. 128 da CF .....	625
2.4 Ingresso na Carreira .....	625
2.5 Garantias .....	626
2.5.1 Garantias Institucionais .....	626
2.5.2 Garantias dos membros .....	627
2.6 Vedações aos Membros .....	628
2.7 Funções Institucionais do Ministério Público .....	631
2.7.1 Promoção da ação penal pública .....	631
2.7.2 Zelar pelos serviços públicos .....	636
2.7.3 Proteção de direitos difusos, coletivos e promoção do inquérito civil e da ação civil pública .....	636
2.7.4 Promoção da ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União .....	638
2.7.5 Defesa Judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.....	638
2.7.6 Notificações e requisições pelo Ministério Público .....	639
2.7.7 Controle Externo da atividade policial .....	640
2.7.8 Requisição de Diligências Investigatórias e Poder Investigatório do Ministério Público .....	641
2.8 Conselho Nacional Do Ministério Público .....	642
2.9 O Ministério Público Especial .....	645
3. ADVOCACIA PÚBLICA (ART. 131 DA CF).....	645
4. ADVOCACIA .....	646
5. DEFENSORIA.....	646
CAPÍTULO 18 – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS .....	648
1. ABRANGÊNCIA .....	648



2. ESTADO DE DEFESA .....	648
2.1 Conceito.....	648
2.2 Pressupostos .....	649
2.3 Medidas a serem adotadas.....	649
2.4 Controles .....	650
2.4.1 Controle Político.....	650
2.4.2 Controle Judicial .....	651
3. ESTADO DE SÍTIO .....	651
3.1.1 Conceito .....	651
3.1.2 Pressupostos .....	651
3.1.3 Medidas a serem adotadas .....	652
3.1.4 Controle .....	652
4. FORÇAS ARMADAS.....	653
4.1.1 Abrangência.....	653
4.1.2 Características .....	653
4.1.3 Finalidade .....	654
4.1.4 Princípios básicos das Forças Armadas .....	654
4.1.5 Obrigatoriedade dos serviços militares e regras sobre os militares .....	654
4.1.6 Direitos dos Militares.....	656
5. SEGURANÇA PÚBLICA .....	657
5.1 Rol dos órgãos de segurança pública .....	657
5.2 Polícias preventiva e repressiva.....	657
5.3 Polícia Federal .....	659
5.4 Polícia Civil .....	660
5.5 Polícia Militar e Corpo de Bombeiros .....	660
5.6 As Polícias no DF.....	661
5.7 Guardas Municipais.....	661
5.8 Remuneração dos policiais .....	662
5.9 Força Nacional de Segurança.....	662
5.10 Investigação por outros órgãos .....	663

CAPÍTULO 19 – FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO .....	665
---	-----

1. NOÇÕES.....	665
----------------	-----



2. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL EM MATÉRIA FINANCEIRA .....	665
3. EMISSÃO DE MOEDA E BANCO CENTRAL .....	666
3.1 Emissão de moeda .....	666
3.2 Banco Central .....	666
4. DOS ORÇAMENTOS - ART. 165 AO ART. 169 DA CF.....	668
4.1 Definição de orçamento .....	668
4.2 Constituição orçamentária.....	668
4.3 Elaboração das Leis Orçamentárias.....	669
4.4 Conteúdo das leis orçamentárias .....	672
4.4.1 PPA .....	672
4.4.2 LDO .....	672
4.4.3 LOA .....	672
4.5 Princípios constitucionais orçamentários .....	674
4.5.1 Princípio da Legalidade .....	674
4.5.2 Princípio da Unidade.....	674
4.5.3 Princípio da Universalidade.....	674
4.5.4 Princípio da Publicidade.....	675
4.5.5 Princípio da Não afetação das Receitas.....	675
4.5.6 Princípio da Discriminação ou Especialização .....	676
4.5.7 Princípio da Exclusividade .....	676
4.5.8 Limites de gastos com pessoal .....	677
CAPÍTULO 20 – ORDEM SOCIAL .....	679
1. NOÇÕES GERAIS.....	679
2. BASE E OBJETIVO .....	679
3. CONTEÚDO DA ORDEM SOCIAL.....	680
4. SEGURIDADE SOCIAL .....	680
4.1 Conceito .....	680
4.2 Serviços contidos na Seguridade Social .....	681
4.3 Objetivos da Seguridade Social.....	681
4.4 Financiamento da Seguridade Social .....	681
4.5 Regras constitucionais sobre as contribuições para a seguridade social.....	682
4.6 Princípio da anterioridade nonagesimal .....	683





4.7	Saúde.....	683
4.7.1	Conceito .....	683
4.7.2	Natureza das ações e serviços de saúde .....	684
4.7.3	SUS – Sistema Único de Saúde .....	684
4.7.4	Exploração dos serviços de saúde pela iniciativa privada .....	685
4.7.5	Remoção de órgãos .....	685
4.7.6	Atribuições do Sistema Único de Saúde .....	686
4.8	Previdência.....	687
4.8.1	Conceito .....	687
4.8.2	Organização .....	687
4.8.3	Riscos cobertos pela Previdência Social.....	687
4.8.4	Princípios e diretrizes da Previdência Social .....	688
4.9	Assistência Social .....	689
4.9.1	Conceito .....	689
4.9.2	Destinatários .....	689
4.9.3	Objetivos.....	689
4.9.4	Recursos para o financiamento da assistência social .....	689
4.9.5	Diretrizes da assistência social.....	690
4.9.6	Vinculação de receitas tributárias aos serviços de assistência social .....	690
5.	EDUCAÇÃO .....	690
5.1	Destinatários .....	690
5.2	Princípios Constitucionais da Educação.....	690
5.3	Objetivos da Educação.....	691
5.4	Autonomia didático-científica das universidades – art. 207 da CF .....	691
5.5	Níveis escolares.....	691
5.6	Garantias do ensino – art. 208 da CF .....	692
5.7	Repartição de competências na área de educação e aplicação mínima de recursos em educação – art. 211 e 212 da CF .....	693
5.8	Exploração dos serviços de educação pela iniciativa privada - art. 209 da CF .....	694
5.9	Conteúdo para o ensino fundamental, ensino religioso - art. 210 da CF .....	694
5.10	Plano nacional de educação – art. 214 da CF .....	694
5.11	Principais inovações da EC 59/2009.....	695





6. CULTURA .....	697
6.1 Noções .....	697
6.2 Modalidades de Direitos Culturais Constitucionais .....	698
6.3 Patrimônio Cultural.....	699
6.4 Plano Nacional da Cultura.....	700
7. DESPORTO.....	700
7.1 Noções .....	700
7.2 Direitos Constitucionais do Desporto – art. 217 da CF .....	701
7.3 Natureza das práticas desportivas e papel do Estado.....	701
7.4 Justiça Desportiva e Instância administrativa de curso forçado.....	702
8. CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....	703
9. DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	704
9.1 Noções .....	704
9.2 Liberdade de Comunicação e da Imprensa .....	705
9.3 Espetáculos Públicos e Censura .....	706
9.4 Princípios constitucionais da produção e programação de rádio e TV .....	707
9.5 Propriedade de Empresas Jornalísticas, de Rádio e TV.....	708
10. MEIO AMBIENTE .....	709
10.1 Noções e conceito .....	709
10.2 Abrangência .....	709
10.3 Bens Ambientais na Constituição Federal .....	710
10.4 Natureza jurídica do meio ambiente.....	711
10.5 Princípios constitucionais do meio ambiente.....	711
10.5.1 Princípio fundamental do meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	711
10.5.2 Princípio da natureza pública da proteção ambiental.....	712
10.5.3 Princípio democrático ou da participação .....	712
10.5.4 Princípio do poluidor-pagador .....	713
10.6 Princípio da Responsabilidade .....	714
10.7 Princípio da Educação Ambiental.....	714
10.8 Princípio do limite.....	715
10.9 Alguns bens ambientais do patrimônio nacional.....	715
10.10 Terras devolutas necessárias à proteção ambiental .....	715
10.11 Repartição constitucional de competências em matéria ambiental .....	715



10.12	Competências exclusivas da União em matéria ambiental .....	717
10.13	Competências privativas da União em matéria ambiental .....	718
10.14	Competências exclusivas de Municípios .....	719
10.15	Competências remanescentes dos Estados .....	719
10.16	Competência material comum entre todos os entes federativos.....	719
10.17	Competência legislativa concorrente entre União, Estados e DF .....	720
11.	FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO .....	720
11.1	Disposições constitucionais sobre o tema.....	720
11.2	Emenda Constitucional da Juventude .....	723
11.3	Regras Novas sobre o Divórcio – EC 66/2010 .....	723
12.	ÍNDIOS .....	724
12.1	Noções gerais .....	724
12.2	Terras Indígenas .....	724
12.3	Defesa dos Direitos e Interesses Indígenas.....	725
12.4	Remoção de grupos indígenas de suas terras.....	726
12.5	Contratos envolvendo ocupação, domínio e posse de terras indígenas .....	726
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	727